



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional.

Sub-Eixo: Ênfase em Fundamentos.

SERVIÇO SOCIAL E “PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO” NA REALIDADE BRASILEIRA

Raí Vieira Soares¹

Resumo: O presente artigo, resultado de pesquisa bibliográfica, objetiva apresentar em linhas gerais a relação entre Serviço e os “projetos de desenvolvimento” presentes no Brasil. Apresentamos os momentos de adequação da profissão a esses projetos e também de críticas gestadas no interior da categoria à efetivação deles, entendendo esses momentos como produtos das transformações da realidade brasileira.

Palavras-Chave: Serviço Social. Projetos de Desenvolvimento. Realidade Brasileira.

Abstract: The present article results of bibliographical research objective to present in general lines the relation between Service with the "development projects" present in Brazil. We present the moments of adaptation of the profession to these projects and also of criticisms developed within the category to their effectiveness, understanding these moments as products of the transformations of the Brazilian reality.

Keywords: Social Service. Development Projects. Brazilian reality.

1. INTRODUÇÃO

O processo de profissionalização do Serviço Social possui uma íntima relação com os “projetos de desenvolvimento” no Brasil. Na verdade, as particularidades socio-históricas devem ser apreendidas para possibilitar uma melhor compreensão da emergência e do processo de institucionalização do Serviço Social como profissão inserida no âmbito das relações sociais e na divisão social e técnica do trabalho. Isso porque, do ponto de vista dos seus fundamentos, legitimação e funcionalidade, o Serviço Social passou a existir justamente no contexto da sociabilidade burguesa.

É necessário, assim, efetuar um esforço de elucidação do significado social da profissão na sociedade capitalista. É nesta direção que caminha a seguinte: situar o Serviço Social nas relações entre as classes sociais que conformam o desenvolvimento da sociedade (tendo o caso brasileiro como ponto de referência), buscando apreender as implicações sociopolíticas deste exercício profissional, inscrito na divisão social do trabalho (IAMAMOTO, 2011, p. 88).

O resgate socio-histórico dos fundamentos do Serviço Social é essencial para compreender o processo de construção e consolidação do projeto ético-político da profissão. Dessa forma, o presente artigo, resultado de pesquisa bibliográfica, objetiva apresentar em

¹ Professor com formação em Serviço Social, Universidade Federal do Tocantins, E-mail: raivieiracmpb@hotmail.com.

linhas gerais a relação entre Serviço Social e sociabilidade capitalista, em particular, a partir da relação da profissão com os “projetos de desenvolvimento” presentes na sociedade brasileira.

2. PROJETO REFORMISTA-CONSERVADOR E SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

Para Yamamoto e Carvalho (2009), o Serviço Social tem sua gênese nas décadas de 1920 e 1930, tendo como base a “questão social”, resultante do aprofundamento do capitalismo, caracterizado pela crescente industrialização, etapa que acentuou as contradições sociais na sociedade e evidenciou os antagonismos entre classe burguesa e proletária. Para estes(as) autores(as), a “questão social” é entendida como a entrada da classe operária no cenário político, de forma organizada e articulada, consciente das desigualdades sociais advindas da exploração, passando a exigir do Estado respostas às suas expressões, por meio de políticas públicas que atendam aos seus interesses coletivos.

Dessa forma, o Serviço Social surgiu no interior do projeto reformista-conservador dos anos 1930. Este projeto era articulado ao processo de consolidação do capitalismo no Brasil, marcado pela substituição do modelo agroexportador pelo modelo industrial e a inserção do país na dinâmica do capitalismo internacional. Para a implementação desse projeto, um conjunto de estratégias político-ideológicas e um aparato socioassistencial no âmbito do Estado, articulado com as classes dominantes, foi mobilizado. Assim, o Serviço Social emergiu como profissão no interior desse projeto para o atendimento de determinadas demandas profissionais, na divisão social e técnica do trabalho.

A análise crítica dos fundamentos do projeto reformista aponta para a sua relação com o pensamento conservador, o que impõe a necessidade de conhecer as características desse conservadorismo, dadas às particularidades do desenvolvimento capitalista brasileiro. Destacamos as particularidades da formação social brasileira no capítulo anterior, cabe agora ressaltar que o projeto reformista-conservador assumiu características particulares no contexto da década de 1930, reproduzindo elementos históricos da dependência externa, vinculados aos traços históricos do colonialismo e do escravismo (ORTIZ, 2010).

Nesse raciocínio, Brum (1991) compreende o período de 1930-1964 como a tentativa de implantação de um modelo de desenvolvimento nacional e autônomo, no qual o Estado tem um papel central na fase de industrialização, oferecendo infraestrutura, isenções fiscais e transferindo recursos públicos para o setor privado. O Estado também tem o papel de canalizar interesses do empresariado nacional, corporações internacionais e empresas estatais, sem romper com as elites políticas tradicionais.

Em relação ao Serviço Social, o conservadorismo se expressa no discurso e/ou na prática profissional, através de um cunho moralizador na atuação junto aos usuários dos direitos sociais e suas famílias. Entre as vertentes conservadoras que marcaram a gênese desta profissão se destacam: o neotomismo², o funcionalismo e o positivismo, expressos pela ênfase no tecnicismo, no pragmatismo e no empirismo, com o objetivo de ajustar e integrar os indivíduos à ordem social dominante sem perder de vista os preceitos da Doutrina Social Cristã.

O projeto reformista-conservador, do ponto de vista da Igreja Católica e do humanismo cristão, compreende que todos os homens são iguais para Deus, logo, a luta de classes é considerada desnecessária. Por esta razão, é preciso combater os excessos capitalistas e promover uma educação moral e comportamental para os trabalhadores, com o objetivo de harmonizar as relações entre as classes e implantar o projeto de reforma cristã. Ou seja, um projeto que assuma uma postura anticapitalista romântica, na medida em que faça algumas críticas à sociedade capitalista, mas não questione suas contradições estruturais (ORTIZ, *op. cit.*).

Percebemos a influência da Doutrina Social da Igreja e do neotomismo no Serviço Social quando observamos os princípios do primeiro Código de Ética Profissional do Assistente Social, datado de 1947. Nele aparecem elementos de uma concepção de ética tradicional moralista, como podemos observar nos deveres atribuídos ao profissional:

Cumprir os compromissos assumidos, respeitando a lei de Deus, os direitos naturais do homem, inspirando-se em todos seus atos profissionais, no bem comum e nos dispositivos de lei, tendo em mente o juramento prestado diante do testemunho de Deus; [...]. Respeitar no beneficiário do Serviço Social a dignidade da pessoa humana, inspirando-se na caridade cristã (GEPE, 2003, p. 16).

Ressaltamos que, no Brasil, até o início do século XX, em meados dos anos 1930, a “questão social” era tratada como caso de polícia através de práticas de repressão e violência e, também, de ações de responsabilidade de órgãos de ação social, em sua maioria, conduzidos pela Igreja Católica. Nestes, “a assistência social não passava de práticas descontínuas e desarticuladas, voluntaristas, benevolentes, da caridade e da solidariedade irracional” (CISNE, 2012, p. 30). Este período do início do século é marcado em nosso país por: rebaixamento salarial; formação de uma grande massa de trabalhadores destinada a habitar locais insalubres, sem condições de higiene e segurança; existência de crianças operárias submetidas a castigos físicos; frequentes crises no setor industrial, que aumentava os índices de desemprego e pauperismo entre os trabalhadores.

² Corrente filosófica que tem como base a Doutrina Social da Igreja, a partir das concepções de homem e dignidade humana, moral, bem-comum e ética de São Tomás de Aquino, que orientou (com maior destaque) a formação e o exercício dos(as) primeiros(as) assistentes sociais, isto é, desde 1936 até 1960 (AGUIAR, 1982).

Essas condições de existência e de trabalho foram as que influenciaram a organização política dos trabalhadores como classe, para a defesa dos seus interesses. Eles passaram a reivindicar do Estado seus direitos, principalmente no âmbito trabalhista, como: aumento dos salários, redução da jornada de trabalho, proibição do trabalho infantil, direito às férias, seguros contra acidentes e doenças e regulamentação dos contratos de trabalho (IAMAMOTO; CARVALHO, *op. cit.*).

Para Cisne (2012), essa organização da classe trabalhadora exigiu do Estado outras respostas à “questão social”, pois a polícia já não a conseguia controlar. A repressão policial aparecia naquele momento como uma ameaça à própria legitimidade do Estado, uma vez que as reivindicações e a organização dos trabalhadores demonstravam sua força, consciência política e questionamento ao poder coercitivo estatal e da classe dominante. Desse modo, o presidente Getúlio Vargas foi pressionado a reconhecer a “questão social” como responsabilidade do Estado, dando uma maior atenção à assistência social pública, principalmente de cunho trabalhista.

Aprofundando a discussão sobre a profissionalização do Serviço Social, Paulo Netto (2011) defende que não basta situar a “questão social” como fundamento da gênese do Serviço Social, mas é indispensável delimitar o surgimento da profissão no contexto do capitalismo dos monopólios.

Partindo dessa concepção, entendemos que a “questão social” no marco do capitalismo monopolista apresenta características específicas do ponto de vista político e social. Estas características merecem uma maior atenção para compreendermos o significado social da profissionalização do Serviço Social e seu papel na divisão social e técnica do trabalho, inserido nas relações sociais da sociabilidade capitalista.

O capitalismo monopolista se distingue pela acentuação das contradições próprias à ordem burguesa e aos processos de exploração e alienação. Além disso, nele tem-se também o redimensionamento do papel econômico e financeiro dos bancos, que garantem o aumento das taxas de lucros e um maior controle dos mercados, evidenciando a contradição fundante da sociedade capitalista: a produção é cada vez mais coletiva, enquanto a apropriação dos frutos do trabalho é privada, ao mesmo tempo que materializa o seguinte: “internacionalizada a produção, grupos de monopólios controlam-na por cima de povos e Estado” (PAULO NETTO, 2011, p. 24).

É no contexto do capitalismo monopolista que são postas as condições socio-históricas para a emergência do Serviço Social como profissão, originado, inicialmente, para atuar nas políticas sociais, junto às classes trabalhadoras, com o objetivo de minimizar os conflitos de classe, atendendo à necessidade do capital de controlar a força de trabalho: aqui se encontra o significado socio-histórico desta profissão, relacionado à execução das políticas sociais estatais (CISNE, 2012). Portanto, o Serviço Social como profissão participa

da reprodução dos mecanismos de controle e exploração da classe trabalhadora, tendo seu processo de institucionalização relacionado à expansão de instituições assistenciais do Estado, como também às iniciativas do empresariado, que colocavam para esses agentes profissionais atividades de prestação de serviços sociais. Nessas circunstâncias, encontra-se a especificidade do Serviço Social nas relações sociais.

Em 1932, foi criado o Centro de Estudos e Ação Social (CEAS) em São Paulo, surgido a partir de setores das classes dominantes ligados à Ação Social, com o apoio da Igreja Católica, através de segmentos vinculados à Ação Católica. O CEAS tinha como objetivo a formação de seus membros com fundamento na Doutrina Social da Igreja para atuarem sobre as expressões da “questão social”. Ele atraía principalmente mulheres, pois estas possuíam uma “vocação natural” para as práticas “educativas” e “caridosas”. Portanto, cabia-lhes um papel de destaque na intervenção junto ao proletariado, com o qual deveria enfatizar uma perspectiva ideológica, para afastá-lo de práticas e influências subversivas (IAMAMOTO; CARVALHO, *op. cit.*).

Lembramos que essa intervenção ideológica não se reduzia à base cristã, mas também à questão de classe, pois a maioria dessas mulheres cristãs requisitadas para ações assistenciais pertenciam às classes dominantes.

Em 1936, surgiu no CEAS a primeira Escola de Serviço Social no Brasil por iniciativa do movimento católico, configurando-se como um marco na formação em Serviço Social no país. Essa iniciativa representou a preocupação com a formação técnica especializada de profissionais para intervir na assistência social, demarcando que esta não era de reponsabilidade única da Igreja, mas também do Estado e do empresariado.

Compreendemos que a profissionalização do Serviço Social esteve profundamente relacionada ao conservadorismo, seja aquele representado pela doutrina social cristã, seja aquele característico da ideologia das classes dominantes, que legitima e reforça o *status quo*, garantindo a reprodução da sociabilidade capitalista.

O Serviço Social profissionalizado se diferencia da caridade tradicional, no que tange ao trabalho educativo com as famílias dos trabalhadores numa intervenção ideológica, no sentido da reprodução da ideologia dominante e garantia do consenso. Por isso, o Serviço Social como profissão teve, em suas origens, uma estreita relação com o projeto reformista brasileiro, fundamentado no conservadorismo, que orientou toda sua intervenção.

3. PROJETO AUTOCRÁTICO-BURGUÊS E A RECONCEITUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

A partir dos anos 1960, principiou-se um processo de crítica ao Serviço Social “tradicional” motivado pelo Movimento de Reconceituação do Serviço Social latino-

americano, em decorrência da crise do modelo desenvolvimentista³. Sobre esse modelo, cabe dizer que o Serviço Social foi integrado aos projetos de desenvolvimento comunitário latino-americano, que tinham o objetivo de levar os países latinos à superação dos seus problemas de atraso e “subdesenvolvimento”, a partir da promoção de reformas sociais que contribuíssem com a “humanização” do capitalismo.

O Movimento de Reconceitualização foi o resultado das insatisfações dos profissionais de Serviço Social com os limites teórico-instrumentais e político-ideológicos existentes no âmbito da formação e do exercício profissional. Esse movimento também fez a crítica à condição de subdesenvolvimento da América Latina, que teve uma formação socio-histórica caracterizada pela dominação, dependência e exploração das grandes potências capitalistas (SILVA, 2011). No Brasil, o Serviço Social recebeu influências dessa conjuntura, fomentando no conjunto da categoria nacional amplos debates sobre a função social da profissão.

O Brasil do período de 1961-1964 foi marcado pela crise do nacional-populismo, que teve por base uma crise econômica com repercussões no aumento do desemprego, no rebaixamento salarial e na perda do poder aquisitivo dos trabalhadores, aumentando as reivindicações destes por melhorias nas suas condições de vida e de trabalho. Nesse momento também o empresariado pressionou o Estado, devido à perda da capacidade competitiva da indústria brasileira na economia mundial. Além disso, o projeto nacionalista do governo Goulart se contrapunha aos interesses do capital internacional monopolista, gerando impasses decisivos que culminaram na ocorrência do golpe de 1964 (BRUM, 1991). Os sinais de esgotamento desse projeto – o Estado como o grande impulsionador do desenvolvimento do país – já apareciam em fins da década de 1950.

Segundo Paulo Netto (2011), até o início dos anos 1960, quase inexistiam polêmicas no Serviço Social brasileiro, pois este se apresentava como uma profissão muito homogênea nas suas concepções, com pouca (ou nenhuma) participação político-partidária; reduzida produção acadêmica sobre si e ausência de disputas nos rumos do Serviço Social. No Código de Ética Profissional do Assistente Social de 1965, é possível observar ainda, inclusive, as influências do neotomismo, expresso nas concepções de pessoa humana, integração social, dentre outras, mas agora assumindo uma perspectiva comprometida com o projeto de desenvolvimento da ditadura, como notamos em alguns dos deveres fundamentais do assistente social, a seguir:

³ O modelo desenvolvimentista é orientado por uma ideologia que propõe o crescimento econômico acelerado e autossustentado como forma de superar a condição de subdesenvolvimento e atraso, através do aumento da riqueza para fins de redução do pauperismo e melhoria das condições de vida da população (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009). Seria assim um desenvolvimento econômico que garantisse “uma suposta igualdade” nos marcos do capitalismo.

Art. 9º - O Assistente Social estimulará a participação individual, grupal e comunitária no processo de desenvolvimento, propugnado pela correção dos desníveis sociais.

Art. 10 – O Assistente Social no cumprimento de seus deveres cívicos, colaborará nos programas nacionais e internacionais, que se destinem a atender às reais necessidades de melhoria das condições de vida para a sua pátria e para a humanidade (GEPE, 2003, p. 22-23).

Com a implantação da ditadura civil-militar pelo golpe de 1964, iniciou-se a vigência da “autocracia burguesa”, que impactou o Serviço Social em um duplo movimento contraditório: ao mesmo tempo em que a ditadura reforçava práticas “tradicionais” da profissão, fornecia condições novas para a reformulação do Serviço Social, desde a sua formação até a prática profissional. Estas condições estavam relacionadas às mudanças na estrutura do Estado e da sociedade no contexto da ditadura, sob os interesses do grande capital.

A ditadura civil-militar tinha a função político-econômica de dar continuidade ao padrão de dependência econômica do país e favorecer as condições para o fortalecimento da concentração e centralização de capital internacional, ou seja, a consolidação dos monopólios, contribuindo com o aumento das desigualdades sociais. O Estado brasileiro na autocracia burguesa foi caracterizado como “antinacional” e “antidemocrático”, pois sua política econômica se voltou ao incentivo ao imperialismo internacional, ao passo que excluiu todas as classes sociais dos processos de decisão, em especial as subalternas (PAULO NETTO, 2011). Contudo, é necessário afirmar que esse momento da história do país não foi homogêneo, sendo caracterizado por disputas e embates políticos que marcaram as relações entre Estado e classes sociais.

Qualquer análise sobre o processo de renovação do Serviço Social exige que situemos este processo no contexto da autocracia burguesa por entendermos que a profissão recebeu rebatimentos do projeto de modernização conservadora, quer do ponto de vista quantitativo, quer do ponto de vista qualitativo. Isso porque essa autocracia impulsionou o crescimento do número de assistentes sociais mediante a abertura de um mercado nacional de trabalho, assim como gestou no interior da categoria profissional intensos debates anteriormente não existentes.

Assim, compreender a ditadura civil-militar nos seus aspectos históricos, políticos e econômicos se faz extremamente necessário para analisarmos a renovação do Serviço Social e, principalmente, entendermos os rumos da profissão e de sua aproximação com uma perspectiva teórico-metodológica crítica. A ditadura marcou um período em que o Estado brasileiro, em nome do grande capital, criou todos os mecanismos possíveis para impedir a participação popular e política (através do seu braço repressor e violento), mas também foi um período em que se estabeleceram movimentos de resistência.

Devemos ressaltar que este imperialismo está relacionado à dominação dos Estados Unidos, maior potência capitalista. Segundo Benevides (2006), a implantação do regime civil-militar no Brasil teve relação direta com os interesses norte-americanos, que objetivavam fortalecer uma política econômica que favorecesse a entrada e a consolidação das empresas multinacionais no Brasil. Além disso, os Estados Unidos tinham como intenção bloquear a expansão dos ideais comunistas e de esquerda, que poderiam ameaçar sua dominação econômica sobre os países periféricos.

O Estado autocrático e sua relação com os monopólios na fase da industrialização pesada não pode deixar de ser enfatizado em nossa discussão, uma vez que o ciclo autocrático burguês teve um papel central na integração do Brasil ao cenário econômico internacional, garantindo a acumulação de capitais através da manutenção da dependência brasileira. O Estado teve como papel a transmissão da riqueza acumulada para os monopólios internacionais, atuando como mediador nos conflitos setoriais e intersetoriais, em defesa das corporações internacionais em detrimento do capital nacional, que não tinha condições de competir com aquele (PAULO NETTO, 2011).

Segundo Brum (1991), o modelo de desenvolvimento da ditadura civil-militar brasileira tinha como principais características: a ênfase na segurança representada pelo autoritarismo do Estado; um modelo periférico, associado e dependente em relação ao capital internacional; e, no âmbito nacional, um modelo elitista e excludente, expresso principalmente na concentração da economia e da renda.

Nesse ambiente de grande autoritarismo e repressão, a profissão foi afetada em sua formação e em seu exercício profissional. No âmbito do trabalho profissional, houve uma expansão do mercado de trabalho dos assistentes sociais em nível nacional, desde as instituições estatais, até os espaços profissionais ligados às indústrias e às empresas. Esse fator contribuiu com o Serviço Social, criando novas requisições para a formação profissional, que se viu orientada a romper com o confessionalismo, o paroquialismo e o provincianismo, que historicamente estiveram na base do ensino, mas que agora não atendiam às exigências da sociedade: este processo ficou conhecido por “laicização do Serviço Social” (PAULO NETTO, 2011). Podemos de tal modo dizer que o Movimento de Reconceituação e as condições socio-históricas do Brasil sob a autocracia burguesa ofereceram o terreno para a “renovação” da profissão, que se manifestou de forma mais evidente a partir dos anos 1970.

Em relação à formação profissional, o impacto do ingresso do Serviço Social na universidade foi contraditório. De um lado, possibilitou a articulação e o diálogo da profissão com as disciplinas ligadas às Ciências Sociais, como: a Sociologia, a Psicologia Social e a Antropologia, o que foi muito importante, dada a carência de discussões teóricas e investigações científicas no histórico da profissão. Por outro lado, exigiu a demanda por um

amplo quadro docente para atuar na formação de assistentes sociais, a maioria jovens docentes que tinham se formado no contexto da ditadura. Este novo quadro docente colaborou no fomento às discussões teóricas sobre a profissão, formando uma “massa crítica” que antes não existia (PAULO NETTO, 2011).

A inserção do Serviço Social na universidade, que só foi possível nos marcos da ditadura, foi fundamental para gerar no interior da profissão intensos debates de cunho teórico-metodológico. Na compreensão de Paulo Netto (2011), o ingresso do Serviço Social na universidade contribuiu para que houvesse dedicação à pesquisa e à investigação científica, mesmo que de forma contraditória, já que estabelecida numa universidade “domesticada” pela ditadura. Do ponto de vista institucional, as condições de formar um quadro docente crítico responsável por propiciar debates profissionais e acadêmicos sem preocupações imediatas com questões pragmáticas foram dadas, colocando-se o lugar das vanguardas profissionais.

A renovação do Serviço Social brasileiro articulada ao Movimento de Reconceituação do Serviço Social latino-americano auxiliou na maior articulação e unidade entre as escolas e os profissionais de Serviço Social do continente, reivindicando elaborações teórico-metodológicas que dialogassem com a realidade da América Latina. Evidenciou também a dimensão política da prática profissional, muito embora o Serviço Social tradicional ocultasse esta dimensão política e validasse o conservadorismo. Da mesma forma, contribuiu para a articulação e o diálogo crítico com as Ciências Sociais e as elaborações teóricas do pensamento social brasileiro, engendrando um pluralismo teórico-metodológico anteriormente não existente (PAULO NETTO, 2005).

O Movimento de Reconceituação centrou sua crítica no papel dos assistentes sociais no processo de superação da condição de subdesenvolvimento dos países latino-americanos. Este processo estava aliado à dominação monopolista norte-americana, em um contexto no qual se defendia que os projetos desenvolvimentistas dos governos da América Latina estavam em crise e se mostravam incompatíveis com as reais necessidades da população (ORTIZ, 2010).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao falarmos em Movimento de Reconceituação do Serviço Social, devemos considerar que ele não foi um fato imóvel na realidade e na história. Ele esteve em constante movimento, num processo dialético, que se renovou entre a mudança e a conservação de traços anteriormente existentes na profissão.

Nessa perspectiva, Paulo Netto (2005) assinala que a Reconceituação é um “capítulo inconcluso” da história da profissão: não foi um “acidente conjuntural” para o Serviço Social, mas permanece ainda hoje na contemporaneidade com a hegemonia da

perspectiva histórico-dialética através da permanente crítica ao tradicionalismo na profissão. Para Faleiros (2005), o Movimento de Reconceituação é marcado por um processo de desconstrução de um referencial teórico-metodológico dominante que orientava a intervenção e as elaborações do Serviço Social, ao mesmo tempo em que busca construir um referencial teórico-metodológico crítico e questionador da ordem dominante.

Portanto, apresentamos alguns aspectos centrais dos fundamentos socio-históricos do Serviço Social que possibilitaram sua profissionalização e sua relação com os “projetos de desenvolvimento” do Brasil, ao longo de sua trajetória. Assim como apontamos os momentos de adequação da profissão a esses projetos, mas também de críticas gestadas no interior da categoria à efetivação deles, entendendo esses momentos como produtos das transformações da realidade brasileira.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Antônio Geraldo de. **Serviço Social e Filosofia: das origens a Araxá**. São Paulo: Cortez, 1982.

BENEVIDES, Sílvio César Oliveira. **Na Contramão do Poder: juventude e movimento estudantil**. São Paulo: Annablume, 2006.

BRUM, Argemiro J. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

FALEIROS, Vicente de Paula. Reconceituação do Serviço Social no Brasil: uma questão em movimento? **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 84, 2005.

GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE ÉTICA (GEPE). **Coletânea de Códigos de Ética Profissional do(a) Assistente Social**. Recife: CTC, 2003.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 28. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

ORTIZ, Fátima Grave. **O Serviço Social no Brasil: os fundamentos de sua imagem social e da autoimagem de seus agentes**. Rio de Janeiro: E-Papers, 2010.

PAULO NETTO, José. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PAULO NETTO, José. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PAULO NETTO, José. O Movimento de Reconceituação: 40 anos depois. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 84, 2005.

SILVA, Maria Ozanira Silva e (coord.). **O Serviço Social e o Popular**: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.